

02 de Outubro de 2020

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem



GOVERNO FEDERAL LANÇA OFICIALMENTE O PROGRAMA MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (PMD)

O Presidente Jair Bolsonaro, juntamente com o Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, participou nesta segunda-feira (28/09), do lançamento oficial do Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD). O evento, realizado no Ministério de Minas e Energia (MME), contou com a presença de autoridades e profissionais ligados ao setor, como parlamentares e dirigentes empresas e entidades de mineração.

“Este Programa define a agenda do Governo para a mineração no período de 2020 a 2023. A mineração é essencial e imprescindível para o País e para o mundo. É uma das grandes forças da economia brasileira, importante vetor do progresso e sinônimo do seu desenvolvimento para a promoção do bem-estar de todos. O estilo de vida que a sociedade moderna adotou com uma infinidade de bens, produtos, equipamentos e recursos tecnológicos torna indispensável, cada vez mais, a utilização dos bens minerais”, disse o Ministro Bento Albuquerque em sua fala.

O PMD, que desde 2019 vem sendo trabalhado e apresentado aos diversos agentes, tanto do setor público como do setor privado que atuam ou têm interesse pela mineração, contempla 110 metas bem definidas, além de ações em dez áreas de concentração temática para a mineração para o período de 2020 a 2023. O programa trata de questões referentes à economia mineral, à sustentabilidade, conhecimento geológico, aproveitamento mineral em novas áreas, investimentos e financiamentos para o setor mineral e à tecnologia e à inovação mineral.

“A mineração contribui de modo expressivo para a economia do país e pode ser importante mola propulsora para impulsionar a retomada do seu crescimento”, declarou o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, Alexandre Vidigal de Oliveira, também presente ao lançamento. “O objetivo é promover o crescimento do setor mineral brasileiro”, acrescentou.

Também inclui assuntos relacionados à governança, gestão e eficiência, enfrentamento à mineração ilícita e imagem da mineração, expansão de áreas sujeitas à atividade mineral, ao aumento da produção e às receitas provenientes dessa atividade, à elevação do grau de sustentabilidade do setor, além de estruturar os mais variados e diversos dados oficiais sobre a mineração brasileira.

Importante ressaltar a preocupação do PMD relativa à questão da segurança jurídica. Neste ponto, o objetivo é a atração de investimentos para projetos na área de mineração, inclusive, do exterior, com vistas a consolidar essa atividade como parceira do desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, principalmente nos municípios mineradores e nas regiões do entorno, de norte ao sul do País.

[Clique aqui e leia o PMD](#)

Fonte: MME

Data: 29/09/2020



BRASIL EXPORTOU 183,2 MILHÕES DE TONELADAS DE MINÉRIO DE FERRO EM OITO MESES

O Brasil exportou 183,2 milhões de toneladas de minério de ferro entre janeiro e agosto de 2020. O volume representa uma redução de 6,3% na comparação com as 195,6 milhões de toneladas embarcadas no mesmo período do ano passado. Levando em conta apenas as exportações de agosto, o volume de 2020, de 30 milhões de toneladas, foi 3,8% menor que os 31,2 milhões de toneladas exportados no mesmo mês do ano passado.

No acumulado do ano, a Vale foi responsável 166,7 milhões de toneladas, enquanto a Anglo American embarcou 16,5 milhões de toneladas do insumo siderúrgico.

O volume exportado pela Vale é 7,8% menor que os 181 milhões de toneladas que a mineradora embarcou entre janeiro e agosto de 2019. Já as exportações da Anglo American foram 13,3% maiores que os 14,6 milhões de toneladas no mesmo período do ano passado.

No caso das pelotas, as exportações - todas da Vale - nos oito primeiros meses de 2020 foram de 10,1 milhões de toneladas, volume 36,8% menor que os 16 milhões de toneladas do mesmo período de 2019. Já as exportações de 1,1 milhão de toneladas de agosto de 2020 representam redução de 60,7% na comparação com os 2,8 milhões de toneladas de agosto de 2019.

Interno

No mercado interno, as vendas de minério de ferro entre janeiro e agosto foram de 9,7 milhões de toneladas, volume produzido pela Vale. Em agosto de 2020, as vendas internas foram de 1,2 milhão de toneladas.

Considerando também as vendas de pelotas, o volume no mês passado sobe para 1,8 milhão de toneladas, enquanto as vendas no acumulado do ano atingiram 14,4 milhões de toneladas.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

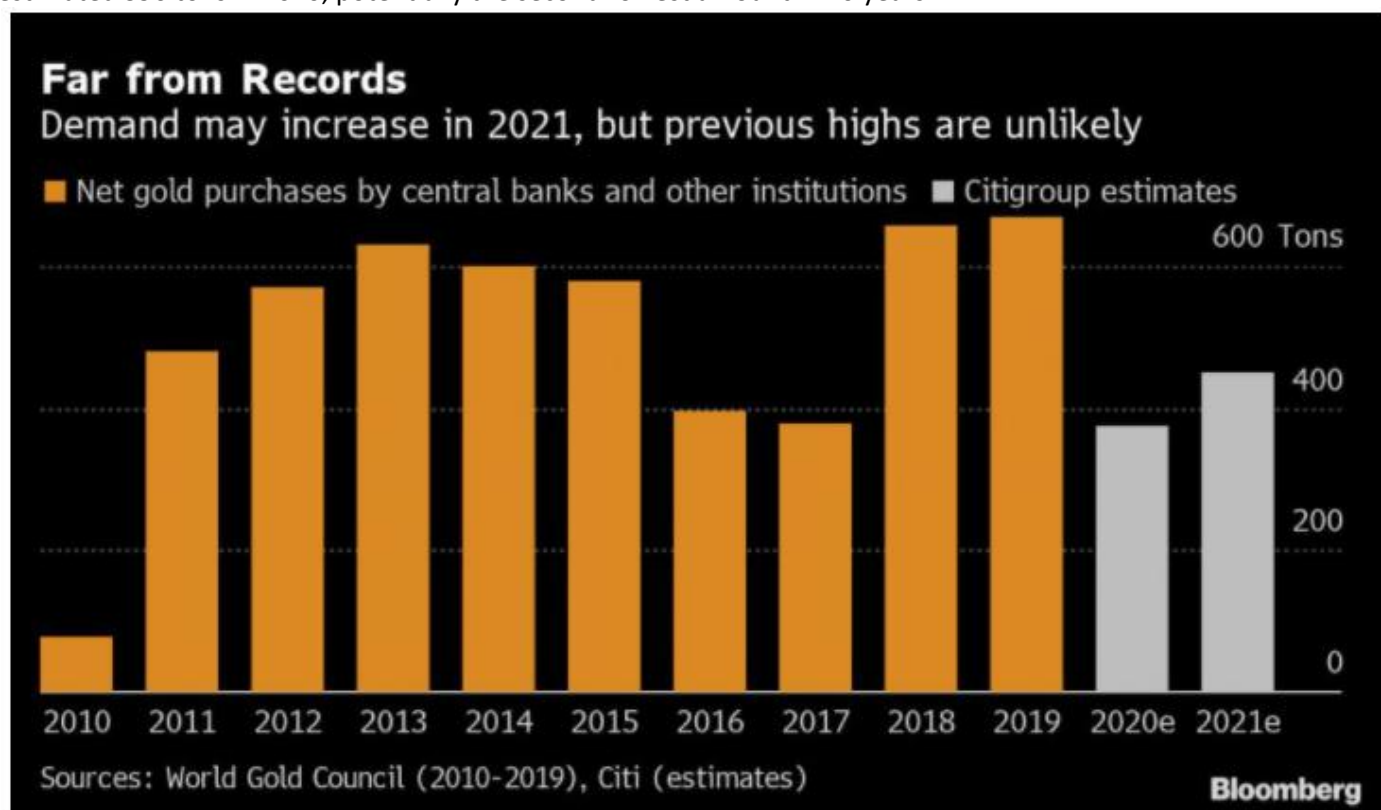
Data: 30/09/2020



CENTRAL BANK GOLD BUYING TO CLIMB FROM NEAR DECADE LOW

Gold buying by central banks, an important driver of bullion's advance in recent years, is forecast to pick up in 2021 after a slowdown this year.

Citigroup Inc. sees demand from the official sector rising to about 450 tons after a drop to 375 tons this year, which would be the lowest in a decade. HSBC Securities (USA) Inc. expects a slight up-tick to 400 tons from an estimated 390 tons in 2020, potentially the second-lowest amount in 10 years.



While the forecasts are far from the near-record purchases of more than 600 tons a year seen in both 2018 and 2019, increased central bank activity will help bolster bullion. Russia could return to the market next spring and China's central bank may resume adding to reserves after the U.S. elections, Citi said in a report this month.

This development may have a bigger impact on the market if exchange-traded funds — key drivers of demand in 2020 — slow their buying as global economies recover from the coronavirus pandemic.

"Although official sector gold demand was quite robust in 2019 and 2018 and is softer this year, it is not necessarily weak by historical standards," said James Steel, chief precious metals analyst at HSBC. "While the influence of central bank activity should not be discounted, it is taking a backseat to ETFs and other forms of demand this year."

Bullion prices and ETF assets surged to a record in 2020 as investors sought havens amid the pandemic, looser monetary policy and the potential debasement of fiat currencies. Spot gold has since dropped from its all-time high and is set for the biggest monthly loss since 2016, but is still poised to cap an eighth quarterly gain, supported by sustained flows into ETFs.

Colombia and Uzbekistan have been among countries that reduced their gold reserves in recent months, and the Philippines has said it's considering selling. Russia announced it would cease purchases from April, while it's been almost a year since China disclosed any moves.

"Net central bank purchases have slowed down but are still positive, so there is no risk that central banks become a source of downward pressure on prices like they were in the 90s," said Bernard Dahdah, senior commodities analyst at Natixis SA.

While central banks were net buyers for a 10th straight year in 2019, demand has become more concentrated, with fewer banks adding to reserves in 2020, according to the World Gold Council. Purchases dropped 39% to 233 tons in the first half from the same period a year ago.

Each central bank determines the gold allocation that is optimal for its own situation, according to Shaokai Fan, head of Central Banks Relationships at the WGC. Some may have reduced holdings because the percentage of bullion in their reserves has become high, particularly as prices increased or because they've had to draw down on the non-gold portion of their reserves to maintain currency stability, he said.

Standard Chartered's precious metals analyst Suki Cooper also expects central banks to remain net buyers despite the selling that has emerged, but sees purchases easing to 400 tons next year from 417 tons in 2020. Citigroup's projections are more optimistic, basing its forecast for a rebound on expectations for higher oil prices and stronger global growth.

"The broader push to buy gold is clear amid a longer-term de-dollarization trend and a bias toward reserve diversification," said Aakash Doshi, head of commodities for North America at Citi Research.

Fonte: Mining.com

Data: 30/09/2020



FUTUROS DE MINÉRIO DE FERRO DISPARAM COM MAIOR PREOCUPAÇÃO COM FORNECIMENTO

Os futuros do minério de ferro dispararam nesta quarta-feira (30), com o benchmark chinês chegando a registrar alta de 5% ao longo das negociações do dia, enquanto o surto de coronavírus em um graneleiro em Port Hedland, na Austrália, reacendeu os temores sobre interrupções no fornecimento.

O contrato de minério de ferro mais negociado na Bolsa de Commodities de Dalian, para janeiro de 2021, atingiu seu maior fechamento desde 21 de setembro, a 809 iuanes (US\$ 118,80) a tonelada. O ativo teve subiu 16,6% neste trimestre, marcando seu quarto ganho trimestral consecutivo.

O ingrediente siderúrgico subiu 3%, para US\$ 120,28 a tonelada, às 7h24 GMT na Bolsa de Cingapura.

Os novos problemas de fornecimento aumentaram os preços, de acordo com analistas da ANZ, com a Vale suspendendo as operações em sua planta de concentração de Viga, em Congonhas (MG), o que reduzirá sua produção em 11.000 toneladas por dia.

Enquanto isso, um navio de carga ficou preso em Port Hedland, um dos maiores portos de carregamento de minério de ferro do mundo, depois que 17 dos 21 tripulantes testaram positivo para o coronavírus, que analistas do ANZ disseram estar atrasando os embarques do porto. Soldados australianos foram enviados para ajudar a conter o surto no navio que mudou de tripulação pela última vez em Manila.

No entanto, as negociações de futuros de ferrosos e mercados físicos tornaram-se moderadas antes dos feriados do Dia Nacional da China e do Festival do Meio do Outono, de 1º a 8 de outubro.

O minério de ferro spot encerrou a US\$ 123,70 a tonelada, com alta de 2,23% sobre a véspera, de acordo com a consultoria MMI, de Xangai.

O preço de referência do minério com 62% de teor Fe subiu 27% este ano, também apoiado pela forte demanda, já que a China continuou a aumentar a produção de aço, embora as perspectivas de ganhos adicionais sejam nebulosas.

"As fortes importações de minério de ferro estão aparecendo em estoques mais altos no porto. Esta tendência deve continuar, com os dados de embarque sugerindo exportações mais fortes de minério de ferro do Brasil no curto prazo", disseram analistas do ANZ.

O vergalhão de aço para construção na Bolsa de Futuros de Xangai subiu 1,1%, enquanto a bobina a quente subiu 1%. O aço inoxidável caiu 0,9%.

O carvão coqueificável cresceu 0,4% e o coque aumentou 2,9%.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 30/09/2020



COPPER PRICE SURGES ON BOOMING CHINESE FACTORIES

Copper leapfrogged the pivotal \$3 a pound level on Wednesday after a key gauge of the Chinese manufacturing sector, the world's top consumer of the metal, showed new orders jumping to a nine-year high.

Copper for delivery in December trading on the Comex market in New York changed hands for \$3.0415 a pound (\$6,705 a tonne) in early afternoon trade, up 1.7% from Tuesday's settlement.

Monday's move brings gains for 2020 to 9.1% and 57% since the covid-19 lows struck in March. A fortnight ago the bellwether metal reached the highest price since June 2018.

Domestic and export orders booming

Capital Economics said China's September PMI readings suggest that "the economy is now entering a period of above-trend growth, which is indisputably good news for the prices of commodities, particularly industrial metals."

Beijing's official manufacturing PMI jumped to a more than two year high of 51.5 (a reading above 50 indicates expansion) up from 51.0 in August, while the survey by Caixin, which gives a clearer picture of activity outside the state-owned sector came in at 53.

Caixin's new orders subindex expanded at a rate not seen since early 2011, while new export business expanded at the fastest rate (54.8) since August 2017, which augurs well for a recovery in manufacturing in the rest of the world.

The Wall Street Journal reported a measure from Citigroup that tracks end uses of copper in the country in various sectors including auto and appliance makers show the three-month average reaching its highest level since early in 2017.

Fonte: Mining.com

Data: 30/09/2020



MRN É DESTAQUE NO PRÊMIO REDES FIEPA DE DESENVOLVIMENTO

A empresa figurou no Top2, da categoria Percentum. Só em 2019, a mineradora efetuou 60% de suas compras no Pará região, contribuindo para fortalecer a economia local

A Mineração Rio do Norte (MRN), sediada no distrito de Porto Trombetas, no município de Oriximiná, oeste do Pará, está entre as empresas que mais se destacaram no percentual de compras no Estado Pará. A maior produtora de bauxita do Brasil efetuou 60% de suas compras na região, contribuindo para injetar recursos e fortalecer a economia, além de valorizar fornecedores locais. A iniciativa rendeu à empresa o Top2, na categoria Percentum, na 8ª edição do Prêmio Redes Fiepa de Desenvolvimento. O prêmio reconhece as empresas que mais movimentaram a economia em compras locais, ao comprarem em volume total (Categoria Absolutos) ou em termos percentuais (Categoria Percentum) de fornecedores locais.

A cerimônia de entrega da premiação, pautada em todos os protocolos de prevenção e combate à covid-19, foi realizada na última sexta-feira (25), na unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) de Santarém, com a presença de Fabio Siqueira, Analista Business, e Edson Leal, Comprador Master, representantes da MRN, e Marcel Souza, executivo da Redes/Fiepa.

Para Fabio Siqueira, Analista Business da Mineração Rio do Norte, foi gratificante fazer parte deste momento extremamente motivador para a empresa. "Além do reconhecimento, temos a certeza de que estamos contribuindo positivamente para o desenvolvimento econômico da região. Entendemos a premiação da Redes/Fiepa como um estímulo para darmos continuidade aos projetos e desenvolvimento da região. Tenho orgulho de fazer parte deste time", destacou.

O gerente de Suprimentos da MRN, Antonio Couto, ressaltou que a premiação é fruto de um esforço conjunto da empresa para aprimorar e conferir agilidade aos processos internos, e também, de realizar ações que incentivam os fornecedores. "Foi feito um estudo de caso com desenvolvimento de fornecedores *in company*. Atualmente são oito fornecedores com loja, proporcionando um atendimento personalizado. Entre os investimentos, destacamos a pactuação de acordos de longo prazo para viabilização dos investimentos, utilização de mão de obra local e geração de receita para o município, por meio dos impostos", explicou.

O gestor também destacou os programas para desenvolvimento de fornecedores locais a fim de que sejam mais competitivos e atendam com qualidade as demandas. "A própria FIEPA disponibiliza fóruns para divulgação de

fornecedores locais. No processo concorrencial da MRN, por exemplo, sempre há a participação de pelo menos um fornecedor local. As compras emergenciais são um ponto de priorização nas compras locais", afirmou.

Atualmente, a Mineração Rio do Norte trabalha com oito fornecedores locais em diversos segmentos, como material de construção civil; óleos lubrificantes e combustíveis; equipamentos e revestimentos de telas; peças e equipamentos, tais como elementos mecânicos; mangueiras industriais, especiais e terminais; peças, acessórios e serviços de veículos leves e industriais.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 30/09/2020



CABRAL IDENTIFICA NOVOS VEIOS DE ALTO TEOR EM ALVO DO PROJETO DE OURO CUIÚ CUIÚ

A Cabral Gold identificou nova estrutura de veios de alto teor em mais um alvo no projeto de ouro Cuiú Cuiú, no Pará. De acordo com a empresa, amostras coletadas no alvo Jerimum Norte retornaram até 5,3 m @ 24,0 g/t de ouro. A mineradora afirmou ainda que a mineralização está confinada a um sistema de veios de quartzo-pirita que nunca havia sido testado.

"Amostras de superfície com valores de 966,2 g/t, 331,7 g/te 55,4 g/t de ouro ocorrem 130m a nordeste e podem estar relacionadas à mesma estrutura", observou a companhia.

A empresa ressalta ainda que uma tendência nordeste pronunciada é "evidente" nos dados magnéticos regionais que "suportam a possibilidade de outro sistema de veios importante" no ativo. "O que também pode explicar porque esta parte do distrito de Cuiú Cuiú era a área mais rica em termos de produção histórica de ouro de aluvião", afirma a Cabral em comunicado divulgado nesta quarta-feira (30).

Para o presidente e diretor-executivo da mineradora, Alan Carter, a identificação de mais uma estrutura de alto teor no ativo "destaca a crescente importância dos veios de tendência NE como hospedeiros para mineralização de ouro dentro de Cuiú Cuiú".

"Este novo veio nunca foi testado e, como os recém-anunciados veios em Machichie SW, passará por mais exploração com o objetivo de estabelecer a continuidade do strike antes da sondagem", disse ele, referindo-se a novas estruturas mineralizadas relatadas pela empresa na semana passada.

"A área de Jerimum Norte era declaradamente a parte mais rica de Cuiú Cuiú em termos de produção histórica de ouro de aluvião durante a corrida do ouro do Tapajós, e podemos ter dado um passo significativo para determinar por que essa área era tão rica historicamente", acrescentou o executivo.

Jerimum Norte está localizado 4km a nordeste do depósito MG e 3,7km a nordeste dos veios de alto teor recentemente descobertos na área de Machichie SW.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 30/09/2020



MINERADORAS DE MÉDIO PORTE SÃO INCENTIVADAS A BUSCAR MERCADO DE CAPITAL

O setor mineral brasileiro quer incentivar mineradoras de médio porte a desenvolver seus projetos minerários por meio da captação de recursos financeiros no mercado de capitais, tanto no Brasil como em outros países, como Canadá e Austrália, locais onde o sistema de financiamento para o setor mineral está bem evoluído.

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) declarou que busca uma parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME) e com outras organizações para estimular essas empresas brasileiras a se inserir no mercado de capital internacional.

"Várias empresas médias operam no Brasil com tendência de expansão. O Ibram pretende ser o interlocutor desse segmento de empresas junto às bolsas de valores", declarou o presidente do Conselho Diretor do Ibram, Wilson Brumer, durante o seminário online "Mineração: Financiamento e Acesso ao Mercado de Capitais".

"Com mais mineradoras nas bolsas de valores, mais investimentos serão direcionados ao Brasil", destaca. Brumer informou que nos últimos seis meses a mineração elevou a projeção de investimentos no Brasil. A previsão inicial era de US\$ 32,5 bilhões. Agora, a expectativa é que o número chegue a quase US\$ 40 bilhões para o período 2020-2024, segundo estudo elaborado pelo Instituto.

Brumer ressaltou também que é importante promover um trabalho de mudança de cultura e de comportamento dos empresários "que ainda tenham em mente a necessidade de manter o controle de 100% de suas empresas", o que ele chamou de "comportamento patrimonialista". Segundo ele, os empresários adeptos da cultura patrimonialista "realizam investimentos com base, geralmente, apenas em financiamento, com a obtenção

de recursos via empréstimos com juros, quando há oportunidade de abrir capital em bolsa de valores no Brasil e em outros países, que dispõem de mecanismos diversificados para esse propósito. É importante abrir espaço para ter parceiros nos projetos", disse.

O diretor-presidente do Ibram, Flávio Penido, lembrou que o Instituto assinou acordo de cooperação com as bolsas de valores do Canadá (TSX e TSX Venture Exchange) para ampliar aportes financeiros de investidores daquele e de outros países, principalmente, para financiar projetos de pesquisa geológica no Brasil.

Penido ressaltou que 36 projetos brasileiros buscam US\$ 121 milhões na bolsa de valores no Canadá. Ele considera importante estreitar relacionamento com outros países para abrir mais oportunidades de ofertas de capital. "Já estamos em contato também com a embaixada da Austrália para fazer algo semelhante com o mercado de capitais daquele país, um dos líderes em mineração internacional", afirmou. O head na América do Sul da Toronto Stock Exchange, Guillaume Légaré, destacou que, somente as duas bolsas de Toronto, a TSX e a TSX Venture Exchange, contam com 3.200 empresas listadas.

O presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Mineral (ABPM), Luis Mauricio Azevedo, disse acreditar que, a partir do momento em que as ações das mineradoras passam a gerar lucro aos acionistas, inclusive pessoas físicas, "até mesmo a imagem do setor passa a mudar para melhor porque esse público, mesmo distante geograficamente dos empreendimentos, passa a registrar benefícios diretos proporcionados na forma de lucratividade". Ele também recomendou que o Brasil faça o mesmo que Canadá e Austrália no passado, ou seja, financiar empresas de pesquisa mineral para expandir o conhecimento geológico.

De acordo com o estrategista-chefe e Head do Research da XP Investimentos, Fernando Ferreira, as mineradoras brasileiras interessadas em atrair investidores precisam "dedicar atenção privilegiada às boas práticas de ESG", com respeito ao meio ambiente, ao social e a uma governança sólida. "Esse é um dos filtros que os investidores utilizam para decidir onde aportar seu dinheiro".

O mercado de capitais no Canadá considera também, segundo Légaré, da Toronto Stock Exchange, a "qualidade do ativo e os relatórios geológicos técnicos específicos para comprovar as reservas minerais. Além disso, conta pontos positivos o nível de experiência da equipe de governança e a capacidade de desenvolver projetos com eficiência", relatou.

Especialista em finanças climáticas, ESG e finanças sustentáveis, Marco Antonio Fujihara lembrou que mineradoras interessadas em captar recursos em mercado de capitais precisam "gerar indicadores que representem os impactos de suas práticas e que sejam bem compreendidos pelos investidores e gestores de fundos de investimento". Como exemplo, ele citou que o inventário de emissões, um dado quantitativo, pode ser transformado pelas empresas em um dado financeiro e inserido no balanço contábil como ativo ambiental. Isso, segundo ele, dá robustez ao balanço, na avaliação do mercado.

Flávio Penido, do Ibram, ressaltou que o Brasil precisa estabelecer mudanças em normas e leis que favoreçam um ambiente de maior segurança jurídica para atrair investimentos de longo prazo. Ele citou como exemplo o que chamou de "complexidade do licenciamento ambiental". "O Ibram defende que o setor mineral possa seguir regras estabelecidas por um licenciamento ambiental específico, aderente às suas características de planejamento e operação, assim como acontece com outros setores. O modelo genérico impõe obstáculos à evolução ágil da aprovação de projetos e há casos em que a demora provoca impactos severos no fluxo de caixa dos investidores", avalia.

O gerente nacional da Amarillo Gold, Arão Portugal, também ressaltou a importância da segurança jurídica e também de "mecanismos que convençam o setor financeiro brasileiro a aportar recursos nos projetos minerais no país". Por falta de interesse das instituições financeiras do Brasil, ele afirma que a companhia teve que captar recursos no mercado financeiro do Canadá.

O Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM/MME), Alexandre Vidigal, afirmou que o governo federal está empenhado em proporcionar um ambiente seguro para os investidores, como "adotar políticas favoráveis à expansão sustentável do setor e por aspectos como o de regulação, de monitoramento e fiscalização das atividades".

"A relação investidor-captador demanda o componente da confiança, da credibilidade para ser efetiva", declarou. O secretário lembrou o lançamento na segunda-feira (28) do Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD) que, segundo ele, vai proporcionar a construção de um modelo de "mineração arrojada e moderna" no Brasil.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 30/09/2020



SERVIÇO GEOLÓGICO
DO BRASIL – CPRM

REVISTA CANADENSE DISCUTE POTENCIAL E ENTRAVES PARA MINERAÇÃO NO BRASIL

Serviço Geológico do Brasil contribui para ampliar o conhecimento geológico e dos recursos minerais e aumentar a atratividade para investimentos no setor

Na mesma data em que o Ministério de Minas e Energia, na presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, lançou o Programa de Mineração e Desenvolvimento, a revista especializada canadense Mining.com publicou nesta segunda-feira, dia 28/09, matéria que aborda potencialidades e aspectos que dificultam o desenvolvimento do setor mineral brasileiro.

Com o título Brazil's hidden treasures, o texto afirma que o Brasil precisa aumentar investimentos quando se trata de pesquisa e exploração em comparação com grandes produtores como Canadá e Austrália. Saiba mais sobre a publicação aqui: <https://www.mining.com/brazils-hidden-treasures/>

Entre as Top Stories do portal da Mining.com, a matéria utilizou dados do Serviço Geológico do Brasil e ouviu o diretor de Geologia e Recursos Minerais, Marcio Remédio e o chefe do Departamento de Recursos Minerais, Marcelo Esteves.

A matéria revela que até o momento apenas 26% do território do país está mapeado para exploração, em escala de 1:100.000. No entanto, o Serviço Geológico do Brasil está empenhado em ampliar o conhecimento sobre a geologia e recursos do país. Inclusive, o conhecimento geológico é um dos compromissos do Programa de Mineração e Desenvolvimento que acaba de ser lançado para impulsionar o setor e o desenvolvimento sustentável do país. “Sem essas informações básicas, é impossível atrair investimentos privados”, disse o diretor do Serviço Geológico do Brasil, Marcio Remédio.

Destaque para o estado do Pará, segundo maior produtor de minério do país, onde situa-se Carajás, a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo. Apesar da elevada produção, o Pará ao mesmo tempo é exemplo da dificuldade de mapeamento geológico, na região amazônica, já que apenas 11% do território paraense está mapeado para exploração, segundo o diretor Márcio Remédio. Entre os entraves, falta de acesso, estradas e infraestrutura. “A Amazônia brasileira tem restrições de todos os tipos. O custo do mapeamento geológico é alto”, acrescentou Marcelo Esteves.

O texto aponta ainda aspectos sobre a legislação ambiental. Atualmente, existem restrições à mineração em 48% dos territórios do Brasil, sendo a maioria reserva natural, terras indígenas e áreas de fronteira. Além disso, pela lei brasileira, qualquer programa de exploração nas fronteiras do Brasil precisa ter 51% do capital nacional.

Fonte: CPRM

Data: 29/09/2020



GOLD PRICE BACK ABOVE \$1,900

Price of bullion rose again on Tuesday, nearing its highest in almost a week, as investors await the first US presidential debate and further developments on a new coronavirus relief bill.

Spot gold advanced 0.8% to \$1,896.80 per ounce by 2 p.m. EDT, having briefly touched the \$1,900 per ounce mark earlier in the session. US gold futures also gained 1.1%, trading at \$1,903.40 per ounce on the Comex in New York.

“A slight inflow into gold-backed ETF holdings supports the view that gold is again back in demand as a safe haven after the fall from the highs to last week’s low,” Quantitative Commodity Research analyst Peter Fertig said in a Reuters interview.

“While a weaker dollar and continued monetary stimulus could push gold above \$1,900 again, whether it can test new highs this year will depend on political and economic developments in the US and if that triggers safe-haven demand,” he added.

Meanwhile, the US dollar was down 0.4% against a basket of other major currencies ahead of Tuesday’s debate between President Donald Trump and Democratic rival Joe Biden.

“The possibility of Biden doing well might exert upward pressure on gold because it might prompt the dollar to sell-off,” Michael Hewson, chief market analyst at CMC Markets UK, explained.

“If Biden does well, it’s a dollar negative simply because he is less business friendly.” (Michael Hewson, chief market analyst at CMC Markets UK)

Investors are also keeping close tabs on the prospect for a fiscal coronavirus package with Democratic lawmakers unveiling a \$2.2 trillion relief bill on Monday evening, though no date was given for a vote on the proposal.

Fonte: Mining.com

Data: 29/09/2020



GALVANI E INB RETOMAM PROJETO DE MINA DE URÂNIO NO CEARÁ

Investimento previsto é de R\$ 2,25 bilhões, dos quais 80% serão capital privado

Após passar por uma remodelação para atender critérios ambientais, o projeto de exploração de uma mina de urânio e fosfato no interior no Ceará será retomado pelo Consórcio Santa Quitéria, formado pela Galvani e pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), estatal vinculada ao Ministério de Minas e Energias. Com intuito de iniciar a produção em três anos, o consórcio vai investir US\$ 400 milhões - cerca de R\$ 2,25 bilhões - na mina Itataia, sendo 80% dos recursos aportados pela Galvani.

Juntamente com sócios da Galvani, o presidente da INB, Carlos Freire Moreira, assinou ontem memorando de entendimentos com o governo do Ceará, durante encontro em Fortaleza. “Com a nova postura do governo do Ceará e do governo federal, temos tudo para implementar o projeto com sucesso”, afirmou Moreira, no evento.

O governador do Ceará, Camilo Santana (PT), disse que o Estado se comprometeu com a construção de uma adutora para levar água ao local de exploração, construção de estradas e colaboração na capacitação de mão de obra.

Idealizado em 2009, o projeto da mina de Itataia, localizada entre os municípios de Santa Quitéria e Itatira, estava travado na fase de obtenção de licenças ambientais do Ibama. Se conseguir passar agora pelo crivo do órgão, subordinado ao ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente), a mina no Ceará poderá tornar o Brasil autossuficiente na produção de urânio para abastecer usinas nucleares. Além disso, o projeto tem potencial para reduzir, pela metade, as importações de fosfato, composto que é utilizado na produção de fertilizantes.

Com o fim da joint venture com a Yara, no ano passado, a Galvani assumiu o controle das suas operações no Nordeste, o que impulsionou a retomada do projeto Itataia. A INB, por sua vez, já opera extração de urânio em Catité, na Bahia, onde a produção é atualmente de 400 toneladas por ano. Até 2030, o governo federal pretende alcançar produção de 2.400 toneladas de urânio e conta com a mina de Itataia para isso.

Ao Valor, o secretário de desenvolvimento econômico do Ceará, Maia Júnior, disse que Itataia poderá ser explorada por 26 anos. A capacidade prevista é de extração de 1.600 toneladas de urânio e 500 mil toneladas de fosfato por ano. Além disso, poderá ser explorado um total de 250 mil toneladas de bicalcio, componente usado na produção de ração animal.

Para o secretário, o projeto se tornou estratégico para o governo federal pelo fato de beneficiar o setor do agronegócio. “Esse projeto não tinha como funcionar no modelo antigo, prevendo grandes aportes do governo. Os projetos estruturantes que estamos conseguindo viabilizar no Estado são aqueles que contam principalmente com capital privado”, disse o secretário, lembrando da construção da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), empreendimento da Vale com as sul-coreanas Dongkuk Steel e Posco, no Estado.

Desde 2019, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, vinha falando da necessidade de destravar a exploração de urânio no país, abrindo espaço para a atuação da iniciativa privada no setor. Representando o ministro no evento de ontem, a secretária-adjunta da pasta, Lília Mascarenhas, destacou que o Consórcio Santa Quitéria “equacionou” o problema uso de água na mineração em uma região onde o recurso é escasso, por meio de soluções tecnológicas. Além disso, o projeto Itataia agora prevê geração própria de energia. “É a mineração que queremos para o Brasil, com cuidado na sustentabilidade sócio econômica”, afirmou Lília. Ela disse que o projeto Itataia agora prevê geração própria de energia. “É a mineração que queremos para o Brasil, com cuidado na sustentabilidade sócio econômica”, afirmou Lília. Ela disse que o projeto Itataia é hoje uma prioridade para o governo federal.

Até o fim do ano, o consórcio deve concluir a fase de pesquisa e desenvolvimento do projeto e, no máximo até maio de 2021, pretende obter a licença prévia para a mina. No cronograma atual, a autorização para a operação da mina ocorrerá entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023.

Fonte: Valor Econômico.

Data: 29/09/2020

TESLA IS TRYING TO MINE ITS OWN LITHIUM AFTER DROPPING M&A PLAN

Tesla secured its own lithium mining rights in Nevada after dropping a plan to buy a company there, according to people familiar with the matter.

The automaker held discussions in recent months with Cypress Development, which is seeking to extract lithium from clay deposits in southwest Nevada, but the parties didn't reach a deal, the people said, asking not to be named because the information isn't public. The electric car maker, which has vowed to slash its battery costs by 50%, instead focused on the plan that CEO Elon Musk outlined last week to dig for lithium on its own in the state.

Producing lithium from clay has so far proven difficult and costly. No company has been able to produce commercial quantities using the practice. But a push into mining is at the center of Tesla's plan to cut battery costs and deliver on a promise to bring a \$25,000 electric car to market. Musk told investors last week that Tesla has secured access to 10,000 acres of lithium-rich clay deposits in Nevada and planned to use a new, "very sustainable way" of extracting the metal.

Tesla didn't respond to emails requesting comment. Cypress declined to comment on any talks with the automaker.

The carmaker's decision to make its own battery cells, and to enter production of battery cathodes and associated raw materials, is intended to add in-house capacity alongside deals with external suppliers as demand for electric vehicles rises. The company this month struck a five-year raw materials pact with Piedmont Lithium, which has a project in North Carolina.

Automakers are seeking greater involvement in their supply chains to ensure they'll have access to raw materials in the right volumes, according to Albemarle Corp., the top lithium producer. It's an issue that's coming into greater focus with lithium demand forecast to rise sharply and supply likely to lag as expansions and new mine projects have been halted as a result of price declines since mid-2018.

Obtaining lithium from clay deposits has typically been considered too difficult and expensive, due to low recovery rates, according to BloombergNEF analyst Sharon Mustri. BNEF projects about 5% of global supply of mined lithium may come from unconventional resources, mostly clay, by 2030.

Lithium raw materials are most commonly extracted at brine operations which pump liquid from underground reservoirs into vast evaporation ponds, or in traditional hard rock mines. "This move by Tesla supports the importance of clays as a future source of lithium in the United States," Cypress CEO Bill Willoughby said in an emailed statement, referring to Tesla's plan to extract lithium from clay.

Musk said Tesla is focusing on development of a process to extract the metal using sodium chloride, or table salt, instead of more expensive chemical reagents. No other mine uses this process to date, according to Mustri.

Flagging plans to use a technology that isn't yet proven at scale has drawn skepticism from some analysts. "Lithium has never been produced from clay in commercial quantities," said Chris Berry, president of House Mountain Partners, an industry consultancy.

Fonte: Mining.com

Data: 29/09/2020



IBRAM DIVULGA POSICIONAMENTO DO SETOR MINERAL SOBRE O "PROGRAMA MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO"

O Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), organização privada que representa a indústria mineral brasileira, recebe com satisfação o "**Programa Mineração e Desenvolvimento**", anunciado hoje (28/9) pelo governo federal, tendo à frente dessa iniciativa o Ministério de Minas e Energia. Com base nas informações divulgadas publicamente pelo governo, o mais importante do extenso documento, para o Instituto, é reconhecer publicamente a principal qualidade da mineração industrial, ou seja, que é um agente capaz de prestar decisivas contribuições ao desenvolvimento socioeconômico e sustentável dos brasileiros.

O IBRAM sublinha que a mineração a ser estimulada pelo plano do governo é aquela desempenhada de acordo com a legislação, aderente às boas práticas de sustentabilidade reconhecidas internacionalmente e dotada de segurança operacional compatível com a atividade desempenhada. Essa mineração industrial legalizada ocupa apenas uma área de 0,6% do território nacional. Com o incentivo à pesquisa geológica, exposta no programa, o país poderá conhecer bem mais do que os 30% de seu potencial geológico.

Na visão do Instituto, o programa governamental organiza estrategicamente ações que podem aumentar a competitividade da indústria da mineração. E, ao se declarar favorável ao desenvolvimento tanto qualitativo quanto

quantitativo da mineração sustentável no Brasil, o governo sinaliza positivamente para que investidores internacionais direcionem seus recursos para o país.

No período 2020-2024 o IBRAM projeta investimentos de US\$ 37 bilhões em mineração. Até julho esta projeção era de US\$ 32,5 bilhões. Nesse sentido, o programa aborda questões fundamentais que podem expandir a capacidade de o Brasil atrair capital, como o fomento aos mecanismos de financiamento; o uso do título minerário como garantia a operações financeiras; a emissão de debêntures para apoio financeiro ao setor, entre outros.

No geral, o IBRAM acredita que o programa tem plenas condições de atingir os objetivos centrais traçados pelo governo federal, quais sejam: ampliar o conhecimento geológico no Brasil; expandir as áreas sujeitas à atividade mineral; aumentar a produção e as receitas provenientes dessa atividade; elevar o grau de sustentabilidade do setor; estruturar profusão de dados oficiais sobre a mineração brasileira; aumentar a segurança jurídica, de modo a atrair investimentos, inclusive, do exterior, para projetos nessa área; consolidar a mineração como parceiro do desenvolvimento socioeconômico e ambiental, principalmente nos municípios mineradores e nas regiões do entorno.

O programa anunciado reserva capítulo especial para combater a mineração ilegal e, para isso, privilegia a estratégia de criar mais oportunidades para a expansão da mineração legal, avaliar as razões que induzem à prática de ilegalidades no setor, aperfeiçoar os mecanismos de controle e fiscalização, bem como os de repressão. O setor mineral defende a legalidade das operações, bem como o ambiente de segurança jurídica para ter condições de se desenvolver com sustentabilidade. A agenda proposta agora pelo governo federal atende a esse propósito.

Os minerais voltados à inovação tecnológica, como os utilizados para a geração de energia limpa, pesquisas de supercondutividade, entre outras finalidades, também têm metas específicas no programa do governo federal. O Brasil conta com reservas de minerais estratégicos, mas precisa aperfeiçoar o desenvolvimento tecnológico e a agregação de valor a esses minérios.

A agenda oficial também prevê ações de aproximação entre a indústria da mineração e a sociedade. Ainda há quem desconheça a realidade da mineração moderna. As próprias mineradoras têm defendido publicamente e adotado práticas mais evoluídas e transparentes de convivência e relacionamento com as pessoas, inclusive, atraindo as comunidades a partilhar opiniões envolvendo os projetos minerais.

Na visão do IBRAM, é crucial que a sociedade tenha a compreensão de que mineração é imprescindível para o país e para cada um dos brasileiros. A mineração contemporânea deve ser associada a uma imagem de promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento socioeconômico e o programa anunciado atende a este objetivo. Existe, ainda, muito preconceito e desinformação quanto à mineração, mesmo a exercida na legalidade, porém, a expansão da atividade de forma sustentável e segura, conforme estabelecido no programa do governo, deverá contribuir para melhorar a percepção dessa atividade pela população em geral.

Algumas das metas do programa de governo irão contribuir para mudar essa percepção, uma vez que são voltadas a qualificar o conhecimento econômico sobre o setor mineral brasileiro e suas potencialidades. O objetivo é produzir dados oficiais para oferecer suporte a ações de planejamento da indústria minerária. As análises terão componentes macroeconômicos, inclusive. Isso significa que além de avaliar volume de produção, de exportação, entre outros, os estudos irão avaliar e acompanhar temas como os impactos dos empreendimentos minerais em outros setores da economia, a infraestrutura disponível e necessária a ser implantada, a logística, as condições de formação profissional do setor, as projeções de cenários para longo prazo, entre outros dados.

O Instituto Brasileiro de Mineração irá acompanhar e colaborar para a implantação do “Programa Mineração e Desenvolvimento”, de modo que seja possível cumprir a principal meta dessa iniciativa: ‘desenvolver a mineração para desenvolver o Brasil’, conforme expõe o governo em seu documento.

Fonte: IBRAM

Data: 28/09/2020



COM ORÇAMENTO APERTADO, AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO PODE APROVAR REESTRUTURAÇÃO AINDA NESTE ANO

Mudança inclui extinção de três superintendências, cujas atividades seriam incluídas por outras duas novas; técnicos da área de arrecadação criticam proposta

A **Agência Nacional de Mineração (ANM)** prepara reestruturação interna em busca de atuação mais eficiente mesmo em cenário de aperto orçamentário. A mudança vem sendo desenhada com apoio da **Fundação Dom Cabral** há cerca de seis meses e deve passar pelo crivo da diretoria colegiada até o fim do ano. A proposta em estudo prevê agrupar as unidades operacionais em macroprocessos, sendo os principais concentrados em duas superintendências ligadas a atividades fim: Outorga e Fiscalização.

Além da criação dessas superintendências, na nova estrutura organizacional seriam mantidas as de Regulação, Gestão de Pessoas e Administração e Finanças. A atual Superintendência de Desenvolvimento Institucional se tornaria uma secretaria especial. As superintendências de Produção Mineral, Pesquisa e Recursos Minerais e Arrecadação seriam extintas e englobadas pelas demais.

O plano está sendo contestado por servidores que formam o corpo técnico da Superintendência de Arrecadação (SAR). Criada em março, ela voltaria a ser uma gerência, dessa vez sob o guarda-chuva da nova Superintendência de Fiscalização. A área de arrecadação é responsável por fiscalizar, apurar e distribuir os **royalties** da mineração para municípios produtores e afetados pela atividade mineradora no País. Em 2020, com os preços do minério acima de US\$ 100 por tonelada, a estimativa é de que o montante arrecadado fique em torno de R\$ 4,6 bilhões.

Em carta de repúdio assinada por 100% dos quadros da SAR - 70 pessoas, cerca de 10% dos servidores da ANM -, eles afirmam que a área de arrecadação vem sofrendo um desmonte estrutural desde a criação da agência, que substituiu o **Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)**. Pelo documento enviado à diretoria da ANM, a estrutura da arrecadação será enxugada em 70%. Haverá redução de cargos comissionados de direção e assessoramento superior na área, o chamado DAS. Internamente, a perda financeira e de status causou mal estar.

Os técnicos da SAR argumentam que a atividade de auditoria da CFEM não tem similaridade com as fiscalizações de lavra, pesquisa ou barragens de mineração. E que até mesmo a formação profissional e acadêmica dos servidores em tais funções é distinta. "A estrutura proposta privilegia as atividades meio e administrativas em detrimento das áreas finalísticas, core business (negócio principal) da ANM. Inclusive está na contramão das ideias de reforma administrativa do Ministério da Economia (...)", diz a carta de repúdio.

Atualmente a área de arrecadação da ANM, relatam os servidores, faz a gestão de aproximadamente 10 mil processos administrativos de cobrança de **Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem)** em primeiro grau e 1,3 mil em segundo grau. O montante gerido nesse último grupo ultrapassa a cifra de R\$ 7 bilhões. O planejamento da área para 2020 tem no radar a fiscalização de mais de R\$ 80 bilhões de produção declarada comercializada. Ao longo do ano já foram distribuídos R\$ 2,7 bi em royalties a Estados e municípios.

A ANM informou que a proposta se refere à mudança na estrutura organizacional, para efeito de gestão de suas atividades. A agência diz que não haverá redução de efetivo ou salários - que são despesa obrigatória -, mas uma reorganização e, com isso, o remanejamento das gratificações via DAS. O intuito, informa a ANM, é ganhar eficiência e evitar a interrupção de fluxos de trabalho, com as atividades fim para a sociedade - outorga e fiscalização (desde barragens à arrecadação) - sob o comando de um mesmo superintendente.

Orçamento apertado

Responsável por fiscalizar as barragens de mineradoras em todo o País, regular o setor de mineração e evitar tragédias como as que ocorreram em Mariana e **Brumadinho (MG)**, a **ANM está sem recursos para executar suas funções mais básicas e corre o risco de ficar com suas operações completamente inviabilizadas**, mostrou reportagem publicada pelo **Estadão/Broadcast**.

O **Ministério da Economia** fixou o orçamento para a ANM em 2021 em R\$ 61,4 milhões, uma queda de 9% em relação ao deste ano. Em ofício enviado à pasta, o diretor-geral da agência, Victor Bicca, argumentou que o trabalho do órgão de fiscalização já não tem sido desempenhado a contento e que, para executá-lo no ano que vem, seriam necessários pelo menos R\$ 155 milhões. A lei prevê que 7% de tudo que for arrecadado com a Cfem deve ser repassado integralmente à agência de mineração, mas isso não vem ocorrendo.

Nesse contexto, a mudança do organograma seria uma forma de tentar otimizar os recursos humanos e financeiros de que a agência reguladora já dispõe. O **Estadão/Broadcast** apurou que o estudo pode evoluir para o desenho do que seria considerado como a estrutura ideal para o funcionamento da agência, a ser levado numa outra etapa ao Ministério da Economia, numa tentativa de sensibilizar a pasta por mais recursos.

Fonte: Estadão

Autor: Mariana Durão

Data: 28/09/2020



SCIENTISTS GIVE NEW CLUES TO FIND IRON ORE DEPOSITS

Researchers at the University of Alberta have uncovered the formation mechanism behind iron oxide-apatite deposits, a revelation that gives geologists new clues as to where to hunt for ore.

In a paper published in the journal *Nature Geoscience*, the scientists explain that these deposits are formed from a very unusual magma-like liquid dominated by calcium carbonate and sulphate.

"The origins and chemical properties of ore-forming fluids are key parameters that determine whether a mineral deposit will form. In this case, our results show that the fluids that form iron oxide-apatite deposits are

sourced by a very particular process: melting of limestones and/or salt deposits by injection of magma," said Matthew Steele-MacInnis, senior author of the study and assistant professor in UofA's Department of Earth and Atmospheric Science.

According to Steele-MacInnis, these results can be directly applied in exploration. All geologists looking for iron oxide-apatite deposits would have to do is target areas where magmatic rocks have been emplaced into sedimentary basins containing limestones or salt deposits.

"Iron oxide-apatite deposits have been mined for some years as sources of iron, which is probably the single most important metal for industrial applications and infrastructure," Steele-MacInnis said. "But in recent years, these deposits have become even more attractive because they commonly are enriched in key high-tech metals like rare earth elements, which are critical to green-energy production and electronics."

Fonte: Mining.com

Data: 27/09/2020



MEGAPROJETOS DE MINERAÇÃO RONDAM O PAMPA GAÚCHO

O Rio Grande do Sul tem mais de 5 mil requerimentos para pesquisa e 166 projetos em andamento – a maioria deles no Pampa gaúcho. Caso avancem, o estado se tornará o terceiro maior polo minerador do país, mudando drasticamente sua vocação econômica.

Três dos quatro maiores projetos de mineração que estão em fase mais adiantada no Estado situam-se no Pampa, que tem antecedentes históricos de exploração mineral. Um dos seis biomas inscritos no território brasileiro, o Pampa tem grande relevância para o Rio Grande do Sul, onde abrange 63% de todo o território.

O maior desses projetos se localiza na região de Caçapava do Sul, onde a Nexa Resources pretende explorar cobre, chumbo e zinco às margens do rio Camaquã. Outro, de menor porte, está na confluência dos municípios de Lavras do Sul e de Dom Pedrito. Trata-se do projeto de fosfato Três Estradas, da Aguiar Resources, que pretende extrair 500 mil toneladas anuais do mineral usado na fabricação de fertilizantes.

Além disso, há o projeto Atlântico Sul, da Rio Grande Mineração, que pretende extrair Ilmenita, rutilo, ziconita e titânio num empreendimento já com licenciamento prévio concedido pelo órgão ambiental do estado.

O professor Sérgio Botton Barcellos, dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), é taxativo ao afirmar que a estratégia de exploração está traçada no Plano Nacional de Mineração 2030: investimentos da ordem de US\$ 270 bilhões, a imensa maioria de origem privada, destinados prioritariamente à região Amazônica. O plano foi traçado em 2011, no primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff.

"A meta para a ampliação da balança comercial do setor é passar de 1% para 12% do PIB até 2030, com investimentos maciços do capital externo", explica o especialista. Em 2018, o superávit da balança comercial do setor chegou a US\$ 23,4 bilhões. A mineração já representa cerca de 25% de toda a exportação brasileira.

Em março deste ano, o secretário de Geologia e Mineração do Ministério das Minas e Energia, Alexandre Vidigal, foi ao Canadá garantir aos investidores locais que o governo promoverá "avanços regulatórios, legais e ambientais, que levarão a um cenário de investimentos mais atraente no setor".

A implantação do Projeto Três Estradas faz parte dessa estratégia de abertura do país. Em prospecção desde meados de 2007, prevê extrair fosfato em uma Área Diretamente Afetada (ADA) de 943 hectares, dos quais 93% representam ambientes nativos (876 hectares) com previsão de intensa supressão vegetal. Além das pastagens naturais, cerca de 4 mil famílias de pequenos agricultores produzem regularmente na região.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 26/09/2020



ANM INTEGRA COMITIVA DO GOVERNO FEDERAL EM VISITA AO CARAJÁS

O objetivo foi conhecer as ações sustentáveis na região amazônica

Sexta-feira (25), o diretor-geral substituto da ANM, Tomás de Paula Pessoa, compôs a comitiva do Governo Federal que visitou a Floresta Nacional de Carajás, no Pará. O objetivo foi conhecer as ações ambientalmente sustentável da mineradora Vale S.A, assim como as atividades que congregam o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. A visita também explicou aos integrantes questões relativas à mineração na região amazônica.

“Essa visita, do ponto de vista de um órgão regulador, foi muito importante para observar a operação de uma grande mina de classe internacional, discutindo esta operacionalização, a outorga destas concessões de jazidas de grande porte, assim como sua fiscalização”, afirma o diretor-geral em exercício.

Além da ANM, a comitiva foi composta ainda pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, embaixadores e diplomatas da Áustria, Bélgica, Irlanda, Luxemburgo, Suécia e União Europeia no Brasil, além dos subprocuradores federais da 4ª e 5ª Câmaras do Ministério Público Federal Juliano Carvalho e Maria Iraneide Fachini, respectivamente.

Segundo Pessoa, a presença Ministério Público foi de extrema importância para que possam ver a correlação prática entre a realidade e a regulação e como a Agência está melhorando a regulação mineral, buscando uma maior responsabilidade dos regulados.

Preservação ambiental

A comitiva esteve no complexo Serra Norte e na mina S11D, da Vale, onde conheceram as operações, a sala de controle e uma cavidade de máxima relevância. Depois de um sobrevoo sobre a mina, os integrantes foram ainda ao Parque Zoológico, onde puderam conhecer as ações socioambientais e a espeleologia (estudo da formação e constituição de grutas e cavernas naturais) do local. Todas as minas estão dentro da Floresta Nacional do Carajás e ocupam cerca de 3% da área florestal. A Vale, como compensação ambiental, tem o compromisso de preservar toda a área da floresta.

“Do ponto de vista dos embaixadores presentes, importante eles tomarem conhecimento do novo momento regulatório do Brasil, no setor mineral, melhorando a nossa imagem e demonstrando uma maior regularidade normativa que traz mais atratividade aos investimentos em pesquisa mineral e lavra”, diz.

Fonte: ANM

Data: 25/09/2020



LOCALIZADO NO PARÁ E MARANHÃO, CINTURÃO GURUPI POSSUI GRANDE RESERVA DE OURO E TRAZ INDÍCIOS DE QUE JÁ FEZ PARTE DE SUPERCONTINENTES

O Cinturão Gurupi corresponde a um orógeno policíclico, desenvolvido no Riáciano (Paleoproterozoico) e no Neoproterozoico-Cambriano, cuja porção aflorante compreende predominantemente a borda retrabalhada do Fragmento Cratônico São Luís. Duas fases de deformação foram definidas para a evolução paleoproterozoica, de caráter dúctil a dúctil-rúptil e relacionadas com o início e final do evento colisional do Riáciano. Uma terceira fase dúctil-rúptil foi definida para a evolução neoproterozoica-cambriana. Essa região foi parte dos supercontinentes Columbia, Gondwana e Pangea.

Outro ponto abordado é que o projeto envolveu estudos temáticos de geologia básica e geologia econômica com uso de técnicas geofísicas e laboratoriais avançadas e sua execução e gerenciamento, no SGB-CPRM foi de responsabilidade da Superintendência Regional de Belém, com participação das divisões de Geologia Econômica (DIGECO), Geoquímica (DIGEOQ) e Sensoriamento Remoto e Geofísica (DISEGE), com coordenação geral dos Departamentos de Recursos Minerais (DEREM) e de Geologia (DEGEO).

A integração de dados geológicos, geoquímicos, geofísicos e metalogenéticos, usando o conceito de sistemas minerais, definiu alvos prospectivos para ouro além daqueles com mineralizações conhecidas. A região do Gurupi é uma das mais antigas províncias produtoras de ouro no Brasil, por meio de garimpagem, que remonta ao século XVII quando os jesuítas se estabeleceram na região.

Ao longo da palestra, Evandro Klein abordou sobre os aspectos magmáticos, sedimentares, metamórficos e tectônicos que deram origem ao Cinturão Gurupi e sua correlação com ambientes tectônicos vizinhos. Também debateu sobre os aspectos genéticos do sistema aurífero orogênico e sua relação com a evolução geológica. Segundo Evandro Klein, “o Cinturão Gurupi é uma área que ainda carece de exploração, tem chamado a atenção nos últimos anos com o desenvolvimento de depósitos auríferos importantes, e é peça chave no entendimento dessa parte da Plataforma Sul-Americana e na correlação com o continente africano em período anterior à abertura do Oceano Atlântico”.

A importância das descobertas geológicas- A compreensão da geologia de qualquer local permite inferências sobre fatos históricos que deram origem à sua formação e permite a comparação desta região com outros locais do mundo, como é o caso da geologia estudada no Cinturão Gurupi e a geologia do território Africano, por exemplo.

Cada vez que os geólogos e pesquisadores realizam estudos, sendo subsidiados pelo setor público ou privado, aumentam a possibilidade de realizar interpretações e se fazer comparativos que trazem novas oportunidades de conhecimento científico e desenvolvimento econômico, ao se descobrir depósitos minerais, por exemplo.

O Serviço Geológico do Brasil possui o maior banco de dados de estudos geológicos do país e estes estudos, fornecidos gratuitamente para a sociedade.

Além disso, o órgão fomenta a geoconservação, objetivando o conhecimento da região, como as descobertas de geosítios, as ações de desenvolvimento econômico e social, além das descobertas de depósitos minerais ou ações de desenvolvimento social.



Localização do Cinturão Gurupi

Além disso, o diretor finalizou informando que a transmissão tem um valor público importantíssimo, sendo fonte de conhecimento tectônico e geológico, assim como, ela trouxe dados sobre a metalogenia, um aspecto importante da geologia econômica. “Esses trabalhos já se desdobraram em mapas de favorabilidade, que são ferramentas importantíssimas para orientar o investidor, reduzindo risco e apresentando o potencial da região”.

A palestra, conduzida pelo pesquisador, apresentou o estudo que foi publicado parcialmente no Informe de Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil - Áreas de relevante interesse mineral cinturão Gurupi, disponibilizado para a sociedade no ano de 2017 e em diversos periódicos científicos. Essa pesquisa aponta que a área estudada engloba mais de 12.000 km² na divisa Pará-Maranhão, em região reconhecida por seu potencial aurífero desde o século 17, e que possui também ocorrências de fosfato e depósitos de rochas e minerais industriais e para uso na construção civil, além de indícios de diamantes.

O Cinturão Gurupi corresponde a um orógeno policíclico, desenvolvido no Riáciano (Paleoproterozoico) e no Neoproterozoico-Cambriano, cuja porção aflorante compreende predominantemente a borda retrabalhada do Fragmento Cratônico São Luís. Duas fases de deformação foram definidas para a evolução paleoproterozoica, de caráter dúctil a dúctil-rúptil e relacionadas com o início e final do evento colisional do Riáciano. Uma terceira fase dúctil-rúptil foi definida para a evolução neoproterozoica-cambriana. Essa região foi parte dos supercontinentes Columbia, Gondwana e Pangea.

Outro ponto abordado é que o projeto envolveu estudos temáticos de geologia básica e geologia econômica com uso de técnicas geofísicas e laboratoriais avançadas e sua execução e gerenciamento, no SGB-CPRM foi de responsabilidade da Superintendência Regional de Belém, com participação das divisões de Geologia Econômica

(DIGECO), Geoquímica (DIGEOQ) e Sensoriamento Remoto e Geofísica (DISEGE), com coordenação geral dos Departamentos de Recursos Minerais (DEREM) e de Geologia (DEGEO).

A integração de dados geológicos, geoquímicos, geofísicos e metalogenéticos, usando o conceito de sistemas minerais, definiu alvos prospectivos para ouro além daqueles com mineralizações conhecidas. A região do Gurupi é uma das mais antigas províncias produtoras de ouro no Brasil, por meio de garimpagem, que remonta ao século XVII quando os jesuítas se estabeleceram na região.

Ao longo da palestra, Evandro Klein abordou sobre os aspectos magmáticos, sedimentares, metamórficos e tectônicos que deram origem ao Cinturão Gurupi e sua correlação com ambientes tectônicos vizinhos. Também debateu sobre os aspectos genéticos do sistema aurífero orogênico e sua relação com a evolução geológica. Segundo Evandro Klein, “o Cinturão Gurupi é uma área que ainda carece de exploração, tem chamado a atenção nos últimos anos com o desenvolvimento de depósitos auríferos importantes, e é peça chave no entendimento dessa parte da Plataforma Sul-Americana e na correlação com o continente africano em período anterior à abertura do Oceano Atlântico”.

A Importância das descobertas geológicas- A compreensão da geologia de qualquer local permite inferências sobre fatos históricos que deram origem à sua formação e permite a comparação desta região com outros locais do mundo, como é o caso da geologia estudada no Cinturão Gurupi e a geologia do território Africano, por exemplo.

Cada vez que os geólogos e pesquisadores realizam estudos, sendo subsidiados pelo setor público ou privado, aumentam a possibilidade de realizar interpretações e se fazer comparativos que trazem novas oportunidades de conhecimento científico e desenvolvimento econômico, ao se descobrir depósitos minerais, por exemplo.

O Serviço Geológico do Brasil possui o maior banco de dados de estudos geológicos do país e estes estudos, fornecidos gratuitamente para a sociedade.

Além disso, o órgão fomenta a geoconservação, objetivando o conhecimento da região, como as descobertas de geosítios, as ações de desenvolvimento econômico e social, além das descobertas de depósitos minerais ou ações de desenvolvimento social.

[Acesse aqui](#) a live no nosso canal do Youtube.

Fonte: CPRM

Data: 25/09/2020



ARTISANAL MINING LINKED TO UN SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS – REPORT

As world leaders are meeting and debating virtually during the United Nations General Assembly (UNGA), Pact and the University of Delaware partnered to publish Mapping Artisanal and Small-scale Mining to the Sustainable Development Goals.

The ASM-SDG Policy Assessment analyzes positive and negative interlinkages between artisanal and small-scale mining (ASM) and each of the 17 UN Sustainable Development Goals (SDGs) and their respective targets.

It is the first time an assessment of the relationships between ASM and all 17 SDGs has been done and the paper provides concrete policy guidance for harnessing ASM-SDG interlinkages and unlocking the sector’s potential in contributing to the realization of the UN 2030 Agenda for Sustainable Development.

The ASM sector produces copper and cobalt, which are needed to develop new technologies to transition to a low carbon and renewable energy system, and the Policy Assessment was released before the UNGA, which runs virtually until September 30.

The publication promotes an inclusive approach to formalizing the ASM sector that takes into account each of the 17 SDGs, and ensures that the implementation of the formalization strategies harnesses the full potential of the ASM sector, mitigating possible negative impacts, lead author and program officer with Pact Mines to Market, Jorden de Haan told MINING.COM.

With ASM being found to have both positive and negative impacts, de Haan said this illustrates the multi-faceted nature of the sector, which is estimated by World Bank data to employ at least 42 million people directly across the globe.

“In a nutshell, we conclude that ASM is related to each of the 17 SDGs, and has both negative and positive impacts, however we need to be aware the sector is currently largely informal and it receives little technical, financial and organizational assistance compared to other sectors in the formal economy,” de Haan said.

“We evaluate all of the targets, both positive and negative impacts. The informal sector is realizing only a small part of its potential. Therefore, we are also looking at potential impacts if the ASM sector was formalized,” de Haan said.

Downstream effects on local economies, especially in fragile areas with limited economic activity has a strong impact on reducing poverty, especially extreme poverty, de Haan said.

A large proportion of women and children are employed in the informal ASM, and it is estimated that about 30% of the ASM global workforce are women.

De Haan said clear positive SDG impacts are employment, economic growth and decent work, while deaths in the sector are a very clear negative impact, as well as occupational health and safety issues.

“Formalization is what can mitigate the negative impacts on the SDGs, although can’t eliminate some of the health and safety risks inherent to the ASM sector, and we have a long way to go to improving and reducing those,” de Haan said.

“At the same time it has a really important and strong impact on amplifying the impact that the sector already has on the SDGs, and unlocking potential that has not been realized in respect to formalization.”

Formalization has been documented to have negative impacts, especially when approached from a top-down manner, which de Haan said can be reduced to mere legalization of the sector, for example as miners go after licenses.

De Haan pointed out the difference between legality and legitimacy and how negative connotations marginalize the sector further, and said policy language should focus on formality, rather than legality.

To address the recommendations, Pact has a virtual event on October 15 moderated by Antonio Pedro, Director with UN Economic Commission for Africa’s Subregional Office for Central Africa, jointly with the United Nations Sustainable Development Solutions Network, the Responsible Mining Foundation and the Columbia Center on Sustainable Investment.

Fonte: Mining.com

Data: 25/09/2020